



Artigo original

AS PAISAGENS LINGUÍSTICAS E SONORAS DA CIDADE DE MAPUTO COMO POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM MOÇAMBIQUE

Ezra Alberto Chambal Nhampoca¹  e Cristine Gorski Severo² 

¹Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

²Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

RESUMO: O presente artigo discute as políticas linguísticas de Moçambique, em especial da Cidade de Maputo, com enfoque nos conceitos de paisagens linguísticas e sonoras. As paisagens são tomadas como manifestações de políticas linguísticas multilíngues implícitas que dialogam, directa ou indirectamente, com as políticas linguísticas explícitas. As políticas linguísticas desempenham um papel relevante na dinâmica das línguas, especialmente porque operam como ferramenta pedagógica, a exemplo das políticas educacionais em prol do bilinguismo. O texto aborda também as paisagens linguísticas e sonoras das línguas que são vistas e ouvidas nas cidades, tidas como manifestações identitárias e/ou simbólicas, o que inclui uma série de significados e papeis, como a conexão com os antepassados, a relação com modos de vida e de sobrevivência económica, o uso de rituais e cerimónias, entre outros elementos). Defende-se que as paisagens linguísticas indexam significados culturais, identitários e políticos relevantes, através de uma semiótica da paisagem que mescla códigos escritos, pinturas, desenhos, grafites, sonoros, entre outros, ao passo que a paisagem sonora inclui as experiências dos sujeitos envolvendo o ambiente sonoro, a relação com as sonoridades e o barulho. Os dados foram recolhidos através de fotografias e etnografia, tendo a seguinte questão guia: Que línguas e sonoridades compõem as paisagens linguística e sonora de Maputo? A escolha por Maputo se justifica: trata-se de uma realidade urbana, a capital política do país, onde estão concentradas as principais iniciativas institucionais e culturais, caracterizando-se por um espaço multilíngue rico e complexo.

Palavras-chave: Maputo, Moçambique, Paisagens linguísticas, Política linguística, Sonoridade.

THE LINGUISTIC LANDSCAPES AND SOUNDLANDSCAPES OF THE CITY OF MAPUTO AS LANGUAGE POLICIES IN MOZAMBIQUE

ABSTRACT: This paper explores the language policies of Mozambique, with a particular focus on Maputo City, through the concepts of linguistic landscapes and soundscapes. These landscapes are understood as manifestations of implicit multilingual language policies that interact, both directly and indirectly, with explicit language policies. Language policies play a pivotal role in the dynamics of language use, especially as they serve as pedagogical tools, such as educational policies promoting bilingualism. The study examines the linguistic and sound landscapes of the city, which serve as identity and symbolic expressions, encompassing a range of meanings and functions, including connections to ancestry, ways of life, economic survival, rituals, and ceremonies. It is argued that linguistic landscapes carry significant cultural, identity, and political implications through a semiotic analysis of the landscape that includes written texts, art, graffiti, and other visual and auditory forms. Similarly, the soundscape encompasses the lived experiences of individuals within the sound environment, examining their relationship with sounds and noise. Data was collected through photography and ethnographic methods, guided by the following research question: What languages and sounds constitute the linguistic and soundscapes of Maputo? The choice of Maputo as the focus of this study is grounded in its significance as the political capital of Mozambique, a central hub for institutional and cultural activities, and a city characterized by its rich and complex multilingual environment.

Keywords: Maputo, Mozambique, Linguistic landscapes, Language policy, sound.

Correspondência para: (correspondence to: ezranyampoka@gmail.com)

INTRODUÇÃO

Neste artigo discutimos a política linguística de Moçambique, com enfoque nos conceitos de paisagens linguísticas e sonoras (SHOHAMY e GORTER, 2009; JAWORSKI e THURLOW, 1994; CERWÉN *et al.*, 2017). As paisagens são tomadas como manifestações de políticas linguísticas multilingues implícitas (SHOHAMY e GORTER, 2009; VECCHIA, 2016) que dialogam, directa ou indirectamente, com as políticas linguísticas explícitas. As políticas linguísticas desempenham um papel relevante na dinâmica das línguas, especialmente porque operam como ferramenta pedagógica (LOURENÇO e MELO-PFEIFER, 2022), a exemplo das políticas educacionais em prol do bilinguismo. Focalizamos a cidade moçambicana de Maputo, situada no sul do país. Além da política linguística institucional e oficial de Moçambique, abordamos as paisagens linguísticas e sonoras das línguas que são vistas e ouvidas nas cidades, tidas como manifestações identitárias e/ou simbólicas, o que inclui uma série de significados e papeis, como a conexão com os antepassados, a relação com modos de vida e de sobrevivência económica, o uso de rituais e cerimónias, entre outros elementos (SEVERO, NHAMPOÇA e BERNARDO, 2024). Entendemos que as paisagens linguísticas indexam significados culturais, identitários e políticos relevantes, através de uma semiótica da paisagem que mescla códigos escritos, pinturas, desenhos, grafites, sonoros, entre outros, tal qual sublinhado por Shohamy e Gorter (2009):

Os itens da paisagem linguística (seja como são definidos) oferecem textos ricos e estimulantes em vários níveis – palavras que carregam significados profundos e conhecimento compartilhado, imagens coloridas, sons, objetos em movimento e infinitas representações criativas. Essas exibições moldam a ecologia em âmbito local, global e transnacional, em várias línguasⁱ.

Já especificamente sobre a paisagem sonora, consideramos que esta inclui as experiências dos sujeitos envolvendo o ambiente sonoro, a relação com as sonoridades e o barulho (CERWÉN *et al.*, 2017). Consideramos as práticas orais, as músicas, as canções, as narrativas e todas as demais práticas orais como elementos integrantes desse cenário acústico multilingue. É importante, nesse aspecto, considerar a experiência acústica dos sujeitos, que valoram a paisagem linguística de diferentes maneiras. No nosso estudo, atentamos para as singularidades africanas no geral e em particular no contexto moçambicano, na relação com as sonoridades e para o papel dessas sonoridades na construção de relações entre os sujeitos humanos e o mundo (NEWMAN e SACKS, 2023), incluindo a relação entre humanos e não-humanos, como a conexão com os antepassados, os elementos da natureza e as coisas, uma vez que todo este conjunto faz parte da vitalidade africana (SEVERO, NHAMPOÇA e BERNARDO, 2024).

Para ilustrar nossa análise, iremos apresentar e analisar imagens/fotografias capturadas na capital moçambicana, bem como considerar a experiência sonora de uma das autoras que é falante de algumas línguas moçambicanas, da convivência e circulação na cidade de Maputo. Entendemos que a experiência sonora é um elemento analítico relevante, uma vez que “para ficarem mais sintonizados com o som [...], os pesquisadores devem treinar seus próprios ouvidos, para compreender também seus próprios processos interpretativos”ⁱⁱ (NEWMAN e SACKS, 2023, p. 355). A seguinte questão nos guia: Que línguas e sonoridades compõem as paisagens linguística e sonora de Maputo? A escolha de Maputo justifica-se pelo facto de se tratar de uma realidade urbana, a capital política do país, onde estão concentradas as principais iniciativas institucionais e

culturais, caracterizando-se por um espaço multilíngue rico e complexo. Além disso, os grandes espaços urbanos africanos revelam tensões importantes envolvendo as sonoridades, uma vez que

À medida que o som irrompe em espaços partilhados, normas culturais tidas como certas tornam-se subitamente audíveis, produzindo tensão e conflito. Estas tensões são especialmente aparentes em áreas urbanizadas, onde o contacto próximo coloca em evidência as normas culturais e geracionaisⁱⁱⁱ (NEWMAN e SACKS, 2023, p. 354).

Políticas linguísticas e educacionais em Moçambique

Moçambique é um país do continente africano. Situa-se na parte austral e na costa oriental do continente. Sua capital é Maputo. O país foi colonizado por Portugal e em 1975, mediante a Luta Armada de Libertação Nacional, que durou 10 anos (1964 - 1974), se tornou independente. Essa luta teria sido o último recurso usado pelo país depois de várias tentativas de obter a independência por meio do diálogo falharem. Tem como limites os seguintes: norte pela Tanzânia; a este pelo Oceano Índico, que banha a costa; noroeste pela Zâmbia e pelo Malawi a oeste pelo Zimbabwe, a sudoeste pela África do Sul e pelo Reino de Eswatini. Em termos administrativos, possui 11 províncias, 154 distritos e 65 municípios.

O país tem, regularmente, realizado um censo, o Censo da População e Habitação. Este censo já vai na sua quarta edição, sendo que o primeiro foi em 1980, o segundo em 1997, o terceiro em 2007 e o quarto e o último em 2017. De acordo com o último censo, o país possuía, em 2017, cerca de 28 milhões de habitantes. Este censo, tal como os anteriores, indicou que a maior parte da população moçambicana habita a região rural (66,6%), enquanto que 33,4 % habita a região urbana (INE, 2019). É importante destacar que a maior parte da população moçambicana pertence aos povos, línguas e cultura bantu. Os censos também têm analisado a questão linguística e todos os quatro censos já realizados reafirmaram a característica multilíngue de Moçambique, portanto, em termos linguísticos, Moçambique é um país multilíngue, com mais de 20 línguas bantu, que convivem intensamente com o português, língua oficial (SITOE, 2014). Para além destas línguas, existem outras, tais como de origem europeia (Alemão Espanhol, Francês e Inglês), que, em geral, chegaram ao país como resultado de várias cooperações e promoções de línguas por parte de países europeus (NHAMPOCA, SALIMO e JUSTINO, no prelo). O outro grupo é das línguas de origem asiática e do Médio Oriente, tais como mandarim, Gujurati, Urdu, Indi e Memane (LOPES, 1997; PATEL, 2006), uma herança de trocas comerciais estabelecidas com o mundo árabe antes da invasão colonial, bem como relações mais recentes com o Médio Oriente. Falam-se também outras línguas africanas partilhadas com alguns países vizinhos, como o Shona, falado também no Zimbabwe; o Swahili, falado também na Tanzânia e o Zulu, falado na África do Sul (NHAMPOCA, 2015). Evidenciam-se, também, em Moçambique a presença de comunidades migrantes, constituídas principalmente por comerciantes oriundas quer de países africanos, tais como Burundi, Congo, Nigéria, Ruanda, quer de países asiáticos, tais como Bangladesh, China, Líbano, Paquistão (CHAMBO *et al*, 2020), entre outros, o que torna o multilinguismo de Moçambique ainda mais intenso e complexo.

Essa realidade linguística diversificada caracteriza as paisagens linguística (SHOHAMY e GORTER, 2009) e sonora (JAWORSKI e THURLOW, 1994) de Moçambique, fazendo com que o multilinguismo se torne a língua franca, como é comum em contextos africanos (FARDON e FURNISS, 1994) do país. Sobre a complexidade do multilinguismo no contexto moçambicano,

Nhampoca (2021) apresenta uma primeira tentativa de tipologizar os multilinguismos de Moçambique, em função dos repertórios linguísticos dos falantes, como se vê abaixo:

- a) uso do português e língua(s) bantu moçambicanas;
- b) uso de várias língua(s) bantu moçambicanas;
- c) uso do português e outras língua(s) africana(s);
- d) uso do português e outras língua(s) europeia(s);
- e) uso do português e língua(s) de origem asiática/Médio
- f) uso de língua(s) bantu moçambicanas e outras língua(s) africana(s)
- g) uso de língua(s) bantu moçambicanas e outras língua(s) europeia(s)
- h) uso do português, língua(s) bantu moçambicanas e outras língua(s) africana(s);
- i) uso do português, língua(s) bantu moçambicanas, outras língua(s) europeia(s)
- j) uso do português, língua(s) bantu moçambicana(s), outras língua(s) africana(s) e língua(s) de origem asiática/Médio
- k) uso do português, língua(s) bantu moçambicana(s), outras língua(s) africana(s) e outras língua(s) europeia(s)
- l) uso do português, língua(s) bantu moçambicana(s), outras língua(s) africana(s) e língua(s) de origem asiática/Médio Oriente
- m) Uso de todos os repertórios mencionados em todas as linhas acima

Aos repertórios alinhados de a) a m), associa-se à Língua de Sinais Moçambicana (LSM). É preciso também considerar a existência, embora reduzida, de falantes que só usam apenas uma das línguas mencionadas de a) a m), como, por exemplo, os que só falam português; os que só falam uma língua bantu moçambicana; os que só falam uma outra língua africana; os que só falam uma outra língua de origem europeia; os que só falam uma língua de origem asiática/Médio Oriente. Estamos cientes de que a tipologia apresentada não esgota todos os repertórios que ditam os multilinguismos de Moçambique, pelo que, com um exercício mais aprofundado, ela pode crescer e se tornar ainda mais complexa. Este exercício tipológico visa, apenas, explicitar a complexidade multilíngue de Moçambique.

Assim, é importante destacar que a maior parte da população do país é bilingue, trilingue e multilingue, sobretudo no contexto das línguas bantu moçambicanas (PATEL, 2006). Frisa-se, também, que a maioria possui mais do que uma língua materna (NHAMPOCA, SALIMO e JUSTINO, no prelo), o que desafia os conceitos essencializados de língua e de língua materna e língua nativa em países africanos, uma vez que “as comunidades são extremamente diversas e raramente dois ou mais indivíduos têm experiências sociais e linguísticas idênticas”^{iv} (MAKONI, 2018, p. 89).

O multilinguismo que caracteriza Moçambique, inevitavelmente, atravessa e influencia as políticas linguísticas e educacionais do país, sejam elas explícitas, as que são elaboradas, aprovadas e implementadas pelos órgãos de poder do Estado ou implícitas, as que estão ligadas às manifestações e uso das línguas pelas populações, seja formal ou informalmente (SHOHAMY e GORTER, 2009). A seguir, apresentamos alguns exemplos dessas políticas.

Em termos de políticas explícitas, temos como primeiro exemplo a Constituição da República de Moçambique (CRM) – 2004 (16/Novembro) que sobre as línguas dispõe o seguinte:

Artigo 9 – “O Estado valoriza as línguas Nacionais como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescentes como línguas veiculares da nossa identidade”. (CRM).

Artigo 10 – “Na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial”. (CRM).

Analisando os artigos 9 e 10 da CRM, verificamos que apesar de as línguas bantu moçambicanas serem mencionadas na CRM, como *património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescentes como línguas veiculares da nossa identidade*, trata-se de uma política discriminatória em relação a estas línguas, pois a elas se reserva apenas o estatuto de *património cultural e educacional* e o de *veículos da identidade*, o que muitas vezes não se concretiza na prática; basta lembrar que durante muito tempo, o país teve exclusivamente o Português como instrumento de ensino estatal e da multiplicidade de negacionismos relativamente, antes à introdução do ensino bilingue e no presente, à implementação ética, humanizada e cuidadosa do mesmo (SEVERO e NHAMPOCA, 2021). Trata-se, segundo a CRM, de *património cultural*, como se de pequenos objetos, pequenas *reliquias* ou *obras museológicas* se tratassem. A patrimonialização das línguas tende a operar segundo quatro elementos: “(i) reificação da língua; (ii) submissão das línguas a um discurso nacionalista; (iii) cristalização da relação entre língua, cultura, falantes e território; e (iv) consideração dos direitos linguísticos como concepção universal” (SEVERO, 2016, p. 196). Essa abordagem reduz a amplitude e a importância das línguas bantu moçambicanas, e, conseqüentemente, dos seus falantes, pois apesar de ser verdadeiro que elas são *património cultural e educacional e veiculares da identidade* dos moçambicanos, há que reconhecer que as línguas bantu moçambicanas não desempenham apenas esse papel. Trata-se também, de práticas linguísticas vivas e pulsantes no quotidiano dos falantes moçambicanos.

Ainda na linha das políticas explícitas, disposições como as do artigo 9 da CRM tratam as línguas como se fossem realidades abstratas e isoladas das práticas quotidianas das comunidades moçambicanas. Diferentemente, entendemos que “as línguas não são realidades autónomas, pré-existent, isoladas e abstratas, mas sim, produtos de práticas sociais historicamente situadas” (SEVERO, 2014, p. 11). Em relação ao Português, a CRM confere-lhe o estatuto de língua oficial, concedendo-a, com isso, os múltiplos privilégios conferidos a uma língua oficial, colocando-a numa relação de grande prestígio, se comparada com as línguas bantu moçambicanas. Essa política linguística da oficialidade exclusiva do Português contribui para sua supervalorização e para a subvalorização das línguas bantu moçambicanas.

E sobre o português, temos advogado que é preciso reforçar ações de desenvolvimento e estabelecimento da variedade moçambicana do Português, reconhecendo que o Português de Moçambique (PM) incorpora aspectos específicos inerentes ao contexto real da forma como os falantes usam essa sua língua resultante da colonização, esses aspectos inerentes só ao PM, distinguem esta variedade das demais faladas no mundo, apesar de manter alguns aspectos em comum, pois o português, sobretudo o PM, é também língua dos moçambicanos e não há nenhuma intenção de excluir esta língua, o que se propõe é que o alto estatuto dado ao Português, seja extensivo às línguas bantu moçambicanas (Siteo, 2014), isto é, uma paridade linguística entre o Português e as línguas bantu moçambicanas, de forma a praticar uma política linguística que vai de acordo com a realidade linguística do país, onde o Português convive intensamente com as línguas bantu moçambicanas.

Outra política linguística explícita que trazemos como exemplo é a *Lei 18/2018 de 28 de Dezembro de 28 de Dezembro*, que estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional da Educação (SNE) de Moçambique. Essa lei preconiza que em Moçambique o ensino primário decorre em duas modalidades (monolíngue e bilingue). Na modalidade monolíngue, a língua usada no processo de ensino e aprendizagem é exclusivamente o Português; e, na modalidade bilingue, usa-se o Português e uma língua bantu moçambicana (MOÇAMBIQUE, 2019). Defendemos que, embora a *Lei 18/2018 de 28 de Dezembro de 28 de Dezembro* incida sobre o ensino primário moçambicano, ela influi na definição e implementação das políticas linguísticas em Moçambique, principalmente nas políticas linguísticas educacionais. Consideramos essa lei como um exemplo de prática de cidadania, de democratização da educação, bem como de cuidado e respeito pelas comunidades moçambicanas (SEVERO e NHAMPOCA, 2021), uma vez que é um caminho para uma lucidez em traçar políticas linguísticas gerais e educacionais tendo em consideração as vivências culturais e práticas linguísticas reais dos falantes.

Desde a aprovação do ensino bilingue, através da *Lei 18/2018 de 28 de Dezembro de 28 de Dezembro*, vários documentos orientadores foram elaborados pelo Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH). Destacamos três desses documentos: (i) *Estratégia de Expansão do Ensino Bilingue 2020 – 2029*, que foi elaborada com base na visão do MINEDH, orientando “os principais objetivos e as principais acções a realizar, e as metas a alcançar no âmbito da implementação e expansão do ensino bilingue, período de 2020 a 2029” (MOÇAMBIQUE, 2019). (ii) *Estratégia de Comunicação do Ensino Bilingue 2020 – 2029*, que surge como uma das recomendações da *Estratégia de Expansão do Ensino Bilingue 2020-2029* e tem como objetivo criar condições favoráveis para que se mantenha um diálogo permanente sobre comunicação e mobilização na e para o ensino bilingue entre as várias camadas da sociedade moçambicana; e (iii) *Manual de Mobilização do Ensino Bilingue*, que é um instrumento elaborado para orientar o trabalho de sensibilização, mobilização e promoção de práticas de comunicação para mobilização comunitária em prol do ensino bilingue (MOÇAMBIQUE, 2021). De acordo com Nhampoca, Salimo e Justino (no prelo), “As políticas acima apresentadas são exemplos de políticas do executivo moçambicano, portanto, governamentais”.

Sobre as políticas linguísticas implícitas, consideramos o papel das atitudes linguísticas dos falantes/comunidades moçambicanas em relação às suas línguas bantu moçambicanas e ao Português, como língua oficial, focalizando, principalmente, para o uso intenso destas línguas, que se reflecte no que se ouve nas conversas em diversos espaços públicos e privados, nos cantos, na música na cidade de Maputo e arredores. Na cidade de Maputo ouve-se mais o Português e as línguas bantu moçambicanas, sobretudo as três mais faladas no sul do país: Changana, Copi, Rhonga, Citshwa, o que nos leva a considerar que a paisagem linguística sonora de Maputo é multilingue. O Português que se ouve em Maputo também é característico de uma variante que emerge justamente do convívio do Português e das línguas moçambicanas. São exemplos disso (i) a sonoridade/entonação do PM que apresenta características advindas das línguas bantu moçambicanas (NHAMPOCA, SALIMO e JUSTINO, no prelo); (ii) os neologismos orais das línguas bantu moçambicanas no PM também ocorrem de forma muito intensa.

A ideologia linguística é um elemento importante das políticas linguísticas implícitas, pois orientam os comportamentos linguísticos: “O que é particularmente interessante é a ideologia do povo frente à política linguística oficial – como esse povo se posicionam face a esta política e ao

multilinguismo”^v (LANZA e WOLDEMARIAM, 2009: p. 190). Nota-se que o povo moçambicano, mesmo durante um longo período de exclusão das línguas bantu moçambicanas, continuou a falar e a promover as suas línguas – esta é uma grande política linguística implícita. Também podemos considerar as paisagens linguística e sonora de Moçambique – nas cidades, distritos, postos administrativos, vilas, localidades e aldeias – como exemplos implícitos, principalmente nas regiões rurais, onde vive a maior parte da população que menos fala Português. Frisamos que não é fácil estabelecer um limite entre as políticas linguísticas explícitas e implícitas. Muitas vezes, as primeiras sustentam-se nas segundas, como é o caso da *Lei 18/2018 de 28 de Dezembro de 28 de Dezembro*, pois, apesar dessa lei ter sido aprovada pelo governo de Moçambique, antes disso houve várias manifestações informais populares, de académicos, líderes religiosos e comunitários em prol das línguas bantu moçambicanas e da sua introdução no âmbito escolar, ou seja, as políticas linguísticas implícitas são em grande parte o vetor das políticas linguísticas explícitas.

Depois de fazer esta explanação sobre as políticas linguísticas em Moçambique, com enfoque nas políticas explícitas, a seguir exploramos as paisagens linguística e sonora de Maputo.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se orienta pela concepção de pesquisa participante (BRANDÃO, 1985; SCHMIDT, 2006), aplicadas ao estudo da linguagem em uso. A pesquisa se baseia na imersão do/a pesquisador/a no campo de pesquisa, fazendo com que a dicotomia sujeito vs. objeto seja problematizada. Considerando que a posicionalidade de uma das pesquisadoras do artigo inclui sua imersão na vida cotidiana da cidade de Maputo – sua paisagem linguística e sonora –, como falante e estudiosa da língua bantu Changana, essa experiência é fundamental para a maneira como os dados foram organizados e analisados. Além disso, os registros feitos incluem o arquivo pessoal feito pela pesquisadora Nelsa Bila, que também compartilha da mesma imersão cotidiana na cidade. Ao levarmos em conta, metodologicamente, a perspectiva e experiência dessas duas pesquisadoras, nos alinhamos com uma metodologia qualitativa de orientação participativa, na qual o “termo participante sugere a controversa inserção de um pesquisador num campo de investigação formado pela vida social e cultural de um outro, próximo ou distante, que, por sua vez, é convocado a participar da investigação na qualidade de informante, colaborador ou interlocutor” (SCHMIDT, 2006, p. 14).

Assim, o corpus do artigo envolve a selecção de fotos em função do nosso objectivo, que era mostrar como as paisagens linguísticas da cidade de Maputo podiam se configurar como políticas linguísticas implícitas. No que respeita as paisagens sonoras, tendo em conta a natureza do trabalho e as dificuldades de transpor a sonoridade para o papel, recorreremos a um vídeo público, do rapper moçambicano Dingizwayo. Para ambas as análises, a imersão de uma das pesquisadoras na realidade linguística e sonora da cidade foi fundamental – uma das autoras é natural de Moçambique, falante de algumas línguas bantu moçambicanas faladas em Maputo e vive e vivencia as ocorrências das manifestações sonoras que configuram políticas linguísticas. Para analisar o material recolhido, tanto no respeitante às fotografias, ao vídeo e às experiências introspectivas, recorreremos à descrição e à análise de conteúdo, analisando e interpretando os significados linguísticos das fotografias e das sonoridades para deles se extrair os significados e verificar como os mesmos marcam manifestações de posicionamentos linguísticos, sejam conscientes ou inconscientes.

As metodologias, tanto a de recolha, assim como a de análise e interpretação, mostraram-se adequadas e permitiram que captássemos a forma como os citatinos de Maputo marcam, simbolizam e valoram os seus posicionamentos e atitudes, a partir de paisagens linguísticas presentes na paisagem da cidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Paisagens linguísticas de Maputo

Maputo é a capital da República de Moçambique, ascendeu a esta categoria em 1975, aquando da independência e continua sendo a capital até aos dias de hoje. No período colonial designava-se Lourenço Marques. De acordo com Mahumane e Tembe (2023, p. 187), Maputo “se tornou a capital da colónia de Moçambique, sucedendo a Ilha de Moçambique”. Durante o período colonial, Maputo era chamado *Xilungwini* (o que significa “lugar do branco”), pois é onde estava instalada a elite e o poder colonial, o que reflectia uma racialização do espaço; a cidade de Lourenço Marques tinha-se tornado o símbolo do poder e da exploração colonial, simbolizados nas instituições, no trabalho forçado e, [...] na toponímia inscrita no espaço” (MAHUMANE e TEMBE, 2023, p. 187).

Actualmente, Maputo é uma cidade cosmopolita que reúne uma diversidade de gentes, culturas, paisagens, etc. É a maior cidade do país, com uma área de cerca de 346,77 Km². Tornou-se município em 1998. De acordo com o INE (2019), Maputo possui um pouco acima de 1.000.000 de habitantes, que se encontram distribuídos entre as regiões urbanas e suburbanas. A cidade possui os seguintes distritos: Kamavota, Kamaxakeni, Kampfumo, Kamubukwane, KaNhlamanculo, Katembe e Kanyaka. Esses nomes geográficos foram requalificados e renomeados recentemente, fruto de uma política de reconhecimento dos nomes africanos que eram usados antes da colonização. Esse processo de mudança na toponímia já tinha ocorrido anteriormente, logo após a independência de Moçambique, “como parte de um projecto de que consistia em inscrever as suas memórias e identidades ligadas ao passado e presente nos espaços físicos da cidade de Maputo como forma de apagar os vestígios do colonialismo português” (MAHUMANE e TEMBE, 2023, p. 187), pois durante a invasão colonial, Portugal havia imposto a mudança da toponímia do território colonizado, Moçambique.

De acordo com Mahumane e Tembe (2023, p. 197), A primeira tentativa da mudança da toponímia de Maputo não foi bem sucedida, pois, enquanto que por um lado, a população começou a usar os novos topónimos, por outro lado, houve casos de persistência do uso dos nomes usados no período colonial. Os autores avançam que isto ocorreu como

resultado de uma resistência popular a topónimos estranhos e não populares introduzidos depois da independência nacional. E também concorreu para a persistência no uso de topónimos coloniais o hábito, a memória colectiva e individual, a identidade e a ausência de acções político-estratégicas visando perpetuar os novos topónimos adoptados depois da independência nacional. Acresce-se a isso o facto de não ter havido envolvimento das comunidades na escolha do topónimo o que, por conseguinte, minou a apropriação e a assimilação dos novos topónimos (MAHUMANE e TEMBE, 2023, p. 197).

Recentemente o Governo de Moçambique tomou a decisão de resgatar os nomes moçambicanos que eram usados e relatados pelas populações, retirando os nomes coloniais e outros sem nenhuma ligação com a história e a identidade das populações moçambicanas, desta

vez com acções de diálogo e consulta às populações que participam no resgate e na narração das histórias e contextos em que surgiram os topónimos que eram usados antes da colonização (BILA, 2024). Essa toponímia é fruto de uma política explícita, de planeamento de corpus, instituída pelo Decreto n.º 83/2009 de 29 de Dezembro, que criou o Instituto de Nomes Geográficos de Moçambique, IP. Ela inscreve uma relação simbólica com a grafia dos nomes dos distritos e outros lugares no território moçambicano. Consideramos que a toponímia integra a paisagem linguística da cidade, reforçando as escolhas e decisões por registos amplamente africanos e especificamente moçambicanos que façam sentido para as populações.

A cidade de Maputo, assim como ocorre com outras cidades moçambicanas e africanas, é repleta de paisagens linguísticas que traduzem uma robusta manifestação de uma política linguística multilingue. A seguir, apresentamos cinco fotografias que ilustram a paisagem linguística e sua dimensão simbólica. Registe-se que em alguns casos, a escrita das línguas bantu moçambicanas usada nessas fotografias não é a padronizada em vigor em Moçambique. Consideramos que esse uso da ortografia não padronizada das línguas bantu moçambicanas, surge como lugares de inscrição de sentidos não institucionalizados em relação ao registo escrito. É importante ressaltar que o contorno à ortografia pode ter vários motivos, a saber: (i) o facto de os processos de padronização serem recentes, sendo que o primeiro seminário de padronização realizou-se em 1988; por isso, estar-se ainda no caminho da consolidação da ortografia das línguas moçambicanas. (ii) Durante o tempo colonial, as línguas bantu moçambicanas foram registadas, na sua maioria, por missionários europeus, que recorreram às gramáticas das línguas europeias para tal. Depois da independência, os primeiros linguistas moçambicanos, na sua maioria falantes nativos das suas línguas, começaram a detectar discrepâncias, sendo a ideia da padronização da ortografia uma tentativa de reparar o excessivo aportuguesamento das línguas bantu moçambicanas, fazendo com que a sua escrita fosse o mais representativa e mais próxima possível ao que ocorre no uso das línguas; apesar desse trabalho, ainda prevalece o hábito, a memória colectiva e individual da ortografia aportuguesada. (iii) A fraca e lenta divulgação e debate da ortografia padronizada no seio dos falantes moçambicanos, sendo até actualmente, mais divulgada entre académicos e alguns sectores da sociedade civil e instituições governamentais e, conseqüentemente, a falta de envolvimento mais significativo de sectores populares no trabalho dos seminários para que as populações participem mais directamente e não só através de representantes. (iv) Influência da oralidade na escrita, o que faz, por exemplo com que a forte sonoridade das línguas bantu moçambicanas evidencie-se na representação. Todos esses factores fazem-se sentir na paisagem linguística escrita de Maputo, reflectindo uma hibridez de sons e sistemas como o que vemos nas fotografias abaixo. Por isso, à medida que se consolida a ortografia padronizada, é preciso valorar também os registos não padronizados, como forma de não excluir os seus autores e reconhecer esta complexidade como fruto de todos os factores aqui descritos; ou seja, a ideia é não silenciar os falantes que não dominam a nova ortografia, mas sim inclui-los no processo e no debate. Nas fotografias analisadas, destacamos dois contextos: o comércio informal e a educação.



FIGURA 1: Fotografia DE UMA Barraca improvisada de venda de roupa usada

Fonte: Foto do arquivo pessoal de Nelsa Bila

Na fotografia da Figura 1 temos uma barraca improvisada de venda de roupa usada. A barraca ostenta o nome “Dzudza Fashion”, *-dzudza*, do changana,^{vi} *kudzudza*, que significa sacudir. No contexto reflectido pela imagem em 1, trata-se de uma realidade moçambicana da venda de roupas usadas, localmente designadas calamidade ou *xikalamidadi*, no changana e rhonga^{vii}. Na prática, o cliente, ao escolher as roupas, tem que separar peça-a-peça, sacudindo, ou *dzudzando*, para melhor apreciação. É importante ressaltar que esta prática introduz, no PM, neologismos como *dzudzar* (sacudir), *dzudza* (roupa usada comprada no processo do *dzudzar*). Para além do termo *dzudza*, temos na placa publicitária da barraca o *fashion* do inglês, que significa moda. Temos, então, o composto “Dzudza Fashion” traduzido por *dzudza moda*, se tivermos em conta que o verbo *dzudzar* já circula no PM; ou *moda sacudir*, o que não faria muito sentido, ou não teria o impacto que causa o termo *Dzudza Fashion*. Registre-se que esse exemplo ilustra uma série de hibridizações: para além das hibridizações envolvendo sistemas de grafia, e a mistura entre línguas africanas e euroamericanas (português e inglês), evidencia-se uma ressignificação do conceito de moda (*fashion*) em diálogo com o comércio informal e da reutilização das roupas. Sabemos que nos países africanos a economia informal totaliza em torno de 85% dos empregos (International Labour Organization). A seguir, abordamos um outro contexto de economia informal em Maputo.



FIGURA 2: Fotografia da placa publicitária de uma oficina mecânica

Fonte: Foto do arquivo pessoal de Nelsa Bila

A fotografia da Figura 2 publicita uma oficina de vulcanização de pneus, ou seja, processo de fortalecimento e rejuvenescimento da borracha dos pneus. A primeira parte do anúncio, “vulcaniza-se pneu” está em português, mas depois acrescenta-se, “Quality service” (serviço de qualidade). Em cidades moçambicanas, é muito frequente a mesclagem de códigos do português com o inglês e/ou com as línguas bantu moçambicanas em publicidades da área comercial, o que reflecte uma manifestação de política linguísticas (implícitas), advém principalmente de dois factores: (i) A presença da língua inglesa em todos os países da região da África Austral que fazem fronteira com Moçambique, o que influencia sobremaneira as políticas linguísticas. (ii) O recurso ao inglês pode estar também associado ao prestígio desta língua, então pensa-se que uma publicidade o envolvendo tem alguma vantagem. Novamente, nota-se a associação do aspecto económico do serviço à língua inglesa, o que reforça o seu valor utilitário. Não por acaso, os estados tendem a usar o inglês como signo de conexão com o mercado global (PRICE, 2014). Em ambos os casos, as placas e os signos inscrevem um significado económico, com vistas a indexar sentidos de moda (fashion) e qualidade (quality) nos produtos anunciados. A seguir, prosseguimos com o contexto do mercado informal nas imagens, Figuras 3 e 4.



FIGURA 3: Fotografia 3 da placa indicativa/publicitária de uma lavanderia/lavandaria

Fonte: Foto do arquivo pessoal de Nelsa Bila

Na fotografia, Figura 3, vê-se uma placa ao cimo de uma lavanderia, ou lavandaria, como tende a se dizer no PM. O nome da Lavandaria é “Lavandaria kxanhissa”. Trata-se do termo *Kxanhissa* ou *khanyisa*, na ortografia padronizada e em vigor em Moçambique. *Khanyisa* é do verbo *kukhanya*, da língua changana, e significa ser claro; ser expedito. Ao verbo *kukhanya*, acrescenta-se a extensão verbal *-is-*, que “indica influência no efeito da acção” (SITOE, 2011), ou seja, significa que uma determinada entidade causa ou faz com que outra entidade realize a acção descrita. Portanto, ao se acrescentar a extensão *-is-* ao verbo *kukhanya* (de ser claro), obtém-se o verbo *kukhanyisa*, com significado de “fazer ficar/ser claro), o que nos leva a concluir que o termo “lavandaria kukxanhissa” ou “lavandaria kukhanyisa”, ou literalmente, lavanderia que clareia ou lavanderia que faz com que clareie.

É importante destacar aqui que o termo *kxanhissa/khanyisa*, na tradução do Português para Changana, não cobre totalmente as nuances desse verbo quando aplicado ao processo de lavagem de roupa na língua e na cultura Changana, que significaria “Fazer a roupa ficar limpa, clara e purificada”. Então, associar o verbo *kxanhissa/khanyisa* à publicidade da lavanderia transmite a ideia de uma lavagem de qualidade da roupa dos clientes. Quanto ao termo lavanderia, usada no

Português de Moçambique para corresponder à lavanderia do Português de Portugal, trata-se de mais uma manifestação da variante moçambicana do Português.



FIGURA 4: Fotografia de uma barraca/loja

Fonte: Foto do arquivo pessoal de Nelsa Bila

A fotografia da Figura 4 é de uma pequena loja. Aqui o texto é “Xitolo kaMathe”. O texto é todo nas línguas changana e rhonga. A partícula *ka-* nas duas línguas, introduz nomes locativos justamente com a função de localizar. O termo *kaMathe* significa “no Mathe, ou no sr. Mathe” ou “na casa/lugar/região do Mathe”. Como se pode verificar, apesar de ser um estabelecimento comercial que se localiza na cidade de Maputo, na sua actividade comercial, o proprietário preferiu usar o texto nas duas línguas bantu, o que pode revelar um política linguística premente no contexto da cidade de Maputo, voltada para um público falante dessas línguas. Na sequência, passamos para um contexto educacional.



FIGURA 5: Fotografia de uma placa indicativa de um centro infantil

Fonte: Foto do arquivo pessoal de Nelsa Bila

A fotografia na Figura 5 é referente a um centro infantil, o texto de publicidade mistura o português e o changana. O texto é “Centro Infantil – Nwana Tsakile – Criança Feliz”. A expressão “Nwana Tsakile”, ou “N’wana Tsakile” na ortografia padronizada, é traduzida por Criança Feliz no português. Para atingir os seus objectivos, o autor do texto publicitário preferiu colocar a segunda parte do texto em Changana, como forma de atrair o ingresso ao centro infantil, recorrendo a uma língua moçambicana. O uso da combinação “N’wana Tsakile”/ “Criança Feliz” pode ser

traduzido pelo facto de que a publicidade promete fazer com que as crianças se sintam felizes no centro infantil.

Sobre as paisagens sonoras em países africanos, em geral, se trata de paisagens linguísticas sonoras multilingues. Apesar de em Moçambique o português ser a língua oficial e de Maputo ser uma região urbana e, tendo em conta que em Moçambique o português é mais falado nas regiões urbanas, Maputo apresenta uma forte paisagem sonora multilíngue, o que se manifesta através do que se ouve nas conversas descontraídas em voz alta, nos gritos, nas abordagens de rua entre outros locais públicos, assim como as presentes práticas de translinguagem que caracterizam a paisagem linguística sonora de Maputo. Por translinguagem, entendemos uma conjunto de repertórios linguísticos, semióticos e sonoros utilizados nos processos comunicativos e de produção de sentido. Segundo Lucena e Nascimento (2016, p. 54), a translinguagem deve ser vista como práticas comunicativas que se referem “tanto às complexas formas de alternâncias, misturas linguísticas e co-construções de sentido, como ao contexto maior que as favorece e, no caso, as legitima”. No contexto aqui analisado, a translinguagem maputense é constituída pelas múltiplas línguas e práticas de linguagem que formam o contexto linguístico real de Moçambique. Essa prática é validada e legitimada pela própria comunidade e falantes.

As manifestações das políticas linguísticas verificam-se também nos repertórios musicais moçambicanos. A música moçambicana é em geral multilíngue quanto os seus habitantes; as letras das músicas nas rádios, nas igrejas nos rituais e cerimónias misturam várias línguas, sobretudo as línguas bantu moçambicanas e português, alternando-se, tal como ocorre nas situações comunicacionais dos falantes. Podemos exemplificar por meio do rap moçambicano, que chegou ao país nos anos 1980 e passou a ser ressignificado localmente, a exemplo do uso de línguas e ritmos bantu (MENDONÇA JÚNIOR, 2021). O rap é um género artístico de tonalidade crítica, sendo apreciado e praticado por pessoas jovens, em sua maioria. O primeiro rapper moçambicano a fazer uso das línguas bantu em suas músicas foi Dingizwayo, vinculado ao grupo *Xitiku Ni Mbawula*, nome que significa, em língua ronga, “lareira”. (MENDONÇA JÚNIOR, 2021). As performances dos rappers integram a cena urbana de Maputo, envolvendo jovens, resistência, uso de línguas bantu e ritmos africanos hibridizados com o rap norte-americano, com o uso de instrumentos moçambicanos, como o timbila e a percussão (MENDONÇA JUNIOR, 2021). Como exemplo, ilustramos o vídeo (<https://www.youtube.com/watch?v=rf0f8ss-CCs>), que apresenta uma crítica política através do uso das línguas bantu, neste caso concreto, do Xizronga e Xinchagana, fala nas províncias do sul de Moçambique, principalmente, na província de Maputo.

A seguir, registamos uma avaliação feita por Dingizwayo a respeito do uso das línguas bantu em seus raps, produzindo efeitos na paisagem sonora de jovens, o que favoreceu uma revalorização dessas línguas nesta geração:

Já vínhamos a cantar em línguas nacionais^{viii}. Na altura, nenhum jovem com 20 anos, 30 anos, que tinha alguma visão, nenhum jovem – garanto – abraçava a comunicar-se em línguas locais. Era tudo uma vergonha, isto é, as pessoas tinham vergonha de assumir aquilo que eram. Então, nós fomos abençoados, porque quando começamos, queríamos fazer apenas a diferença; mas depois tivemos consciência do que estávamos a fazer, temos que levar avante, tanto que, hoje, há muitos jovens que cantam em línguas nacionais. Se inspiram em nós, vão à televisão, vão à rádio e já não têm vergonha de falar em línguas locais. Nós chamamos alguns, até, de desenhadores da língua, porque, quando falam, vão

buscar sotaques super superficiais. (Dingizwayo, entrevista, 20 de março de 2018 apud MENDONÇA JUNIOR, 2021, p. 70).

Além do rap, os rituais, as danças, e cerimónias que fazem o dia-a-dia das comunidades moçambicanas são também um bom exemplo da sonoridade linguística multilingue de Maputo. Isso porque estas variadas práticas sonoras integram e orientam a vida social quotidiana e os padrões de relação, seja na esfera doméstica, religiosa, cultural ou política. As forças coloniais não foram capazes de apagar e silenciar essa dimensão sonora, uma vez que “muitas das tradições de artes que continuaram a ser intimamente identificadas com instituições tradicionais, cerimónias, rituais e outros sobreviveram ao impacto [da aculturação] e ainda existem, principalmente em áreas rurais”^{ix} (DARKWA, 1987, p. 131). Nem mesmo, para o caso de Moçambique, a proibição do uso das línguas bantu moçambicanas, no pós-independência (SITEO, 2014; NHAMPOCA, 2015), neste quesito, defendemos que as populações moçambicanas resistiram, fixando, desta forma, uma política linguística implícita.

Entendemos que esse cenário sonoro de uso das línguas bantu configura como uma política linguística implícita de (re)sistência em favor da manutenção das línguas e culturas bantu moçambicanas, bem como o seu multilinguismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo faz uma abordagem inicial a algumas manifestações da paisagem linguística e sonora da cidade de Maputo, capital de Moçambique. Maputo, tal como a maior parte das cidades africanas, apresenta uma paisagem linguística e sonora multilingue e multifacetada, abrangendo os registos da escrita, da oralidade e sonora. Exploramos sucintamente duas esferas, a comercial e a educacional. No caso concreto das fotografias apresentadas no texto, sem descurar o facto de possivelmente existir outras línguas na conformação das paisagens linguísticas da cidade de Maputo, verificou-se uma paisagem linguística constituída pelas línguas Changana, Português e Inglês. Para o caso das paisagens sonoras, a partir do vídeo de Dingizwayo (<https://www.youtube.com/watch?v=rf0f8ss-CCs>), mas também da experiência VVVV de uma das autoras deste texto, relacionamos o conceito da paisagem linguística às práticas translinguísticas e sonoras dos falantes de Maputo. Entendemos e concluimos que, tal como ocorre em vários contextos africanos, a questão linguística da cidade de Maputo é complexa, rica e diversa, daí que recomendamos que no contexto de Maputo, as políticas linguísticas não devem se restringir à dimensão institucional, mas devem também contemplar o cenário quotidiano da políticas implícitas das populações, simbólico e valorativo que perpassa as práticas comunicativas mais variadas, incluindo o papel dos géneros orais, das performatividades, dos instrumentos musicais no processo de produção, negociação e transmissão dos sentidos. Apesar de o estudo ter se restringido à cidade de Maputo, as conclusões obtidas podem ser coincidentes com outras cidades moçambicanas e/ou africanas, pois isso, recomendamos que mais estudos de género sejam realizados e com mais abrangência.

Contribuição dos autores

Todos os autores fizeram uma contribuição significativa no trabalho, quer seja na concepção, execução, aquisição de dados, análise e interpretação; tomaram parte na preparação e revisão crítica do manuscrito; deram a sua aprovação na versão final do manuscrito submetido para ser publicado; participaram na selecção da revista em que o manuscrito foi submetido e tem responsabilidade em todos os aspectos relacionados com este trabalho.

Interesses conflitantes

Os autores declaram não haver potenciais interesses conflitantes no que diz respeito a pesquisa, autoria e publicação deste artigo.

REFERÊNCIAS

- BILA, N. Nomes geográficos como manifestações linguísticas das comunidades. In **II ENCONTRO DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EDUCACIONAIS**, 2024. (Evento online).
- BRANDÃO, C. R. (ed.). **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 252p.
- CERWÉN, G.; KREUTZFELDT, J.; WINGREN, C. Soundscape actions: A tool for noise treatment based on three workshops in landscape architecture. **Frontiers of Architectural Research**, v. 6, n. 4, p. 504-518, 2017.
- CHAMBO, G. *et al.* **A educação bilingue em Moçambique: guia prática**. Vigo: Univerddidade de Vigo, 2020, 100 p.
- DARKWA, A. Culture and communication: music, song and dance: asmediums of communication in Africa. **Revista do Centro de Estudos Africanos da Usp**, n. 10, p. 131 – 139, 1987.
- FARDON, R.; FURNISS, G. **African languages, development and the state**. London: Routledge, 1994, 268 p.
- JAWORSKI, A.; THURLOW, C. **Semiotic Landscapes: Language, Image, Space**. London: Continuum, 2010, 320 p.
- LANZA; E.; WOLDEMARIAM, H. Language Ideology and Linguistic Landscape: Language Policy and Globalization in a Regional Capital of Ethiopia. In: SHOHAMY, E.; GORTER, D. (ed.) **Linguistic Landscape: Expanding the Scenery**. London: Routledge, 2009. p. 189-205.
- LOPES, Armando. **Política Linguística: princípios e problemas**. Maputo: IMPRENSA UNIVERSITÁRIA, 1997, 74 p.
- LOURENÇO, M.; MELO-PFEIFER, S. A paisagem linguística: uma ferramenta pedagógica no âmbito de uma educação plurilingue e para a cidadania global. **Diacrítica – Revista do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho**. Braga, v. 36, n. 2, p. 209–231. 2022.
- LUCENA, M. I.; NASCIMENTO, A. Práticas (trans)comunicativas contemporâneas: uma discussão sobre dois conceitos fundamentais. **Revista da Anpoll**, v. 1, n. 40, p. 46-57, 2016.
- MAHUMANE, J. e TEMBE, J. A persistência ou o uso não oficial de topónimos coloniais na cidade de Maputo, Moçambique. **Linha D'Água**. São Paulo, v. 36, n. 1, p. 183-202, jan – abril, 2023.
- MAKONI, Sinfree. Da linguística humana ao sistema "d" e às ordens espontâneas: uma abordagem à emergência das línguas indígenas africanas. (Tradução de Alexandre Cohn da Silveira). **Revista da Associação Brasileira de Linguística**, v. 17, n. 2, p.376-419, 2018.
- MENDONÇA JÚNIOR, F. C. G. de. A cultura estava influenciada pelo idioma inglês: a construção da identidade nacional no *rap* de Moçambique. **E-cadernos CES**, v. 36, p. 54-77, 2021.

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República de Moçambique**, (16 de Novembro de 2004), artigos 09/10, dispõem sobre línguas nacionais e língua oficial. Disponível também em: <<http://www.mozambique.mz/pdf/constituicao>>.

MOCAMBIQUE. Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH). **Estratégia de expansão do Ensino Bilingue (2020-2029)**. Maputo: MINEDH. 2019, 34 p.

MOCAMBIQUE - Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH). **Estratégia de comunicação do Ensino Bilingue (2020-2029)**. (No prelo).

MOCAMBIQUE - Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH). **Manual de mobilização do Ensino Bilingue**. Maputo: MINEDH, 2021, 17 p.

MOCAMBIQUE - Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH). **Lei 18/2018 (de 18 de Dezembro de 2018)**, estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Educação na República de Moçambique.

MOÇAMBIQUE - Instituto Nacional de Estatística (INE). **Resultados definitivos do censo geral da população de 2017**. Maputo: INE, 2019.

NEWMAN, S.; SACKS, S. L. Sound Studies from Africa. **Journal of African Cultural Studies**, v. 35, n. 4, p. 353–357, 2023.

NGUNGA, A. *et al.* **Padronização da ortografia de línguas moçambicanas**: relatório do IV seminário. Maputo: Imprensa Universitária, 2023, 319 p.

NHAMPOÇA, E. C. Ensino bilingue em Moçambique: introdução e percursos. **Working Papers em Linguística**, Florianópolis, v.16, n. 2, p. 82 – 100, ago/dez, 2015.

NHAMPOÇA, E. C. O papel das línguas africanas na transformação social. In **ENCONTRO DO COLECTIVO DE RENOVAÇÃO DE ÁFRICA, 2021**.

NHAMPOÇA, E. C.; SALIMO, C.; JUSTINO, V. Algumas características linguísticas do Português de Moçambique. In Luana Lamberti Ana Livia Agostinho (eds.), **Afro-Iberian languages: Contact and sociohistory**. Berlin: Language Science Press (no prelo).

PATEL, S. Olhares sobre a educação bilingue e seus professores numa região de Moçambique. 2006. 129 f. **Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada)** – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

PRICE, G. English for All? Neoliberalism, Globalization, and Language Policy in Taiwan. **Language in Society**, v. 43, n. 5, p. 567–89, 2014.

SCHMIDT, M. L. S. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. **Psicologia USP**. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 11-41, jun. 2006.

SEVERO, C. Línguas e estados nacionais: problematizações históricas e implicações. In SERRA, C. (ed.). **Estão as línguas nacionais em perigo?** Lisboa: Escolar Editora, 2014. p. 9-36, 2014.

SEVERO, C. Políticas Patrimoniais e Projetos Nacionalistas: Línguas e Brasilidade em tela. In: FREITAG, R. M.; SEVERO, C. G.; GÖRSKI, E. (ed.). **Sociolinguística e Política: Linguística Olhares Contemporâneos**. São Paulo: Blucher, 2016, p. 189-203.

SEVERO, C. G.; NHAMPOCA, E. C.; BERNARDO, E. P. J. Políticas linguísticas educacionais em contextos africanos: por um olhar do Sul Global. In SEVERO, C. G.; NHAMPOCA, E. C.; BERNARDO, E. P. J. (ed.). **Políticas linguísticas educacionais em contextos africanos**. Belo Horizonte: *Maza*, 2024, 210 p.

SEVERO, C. G.; NHAMPOCA, E. C. Políticas linguísticas e a ética do cuidado. **Fórum linguístico**. Florianópolis - Universidade Federal de Santa Catarina, v. 18, n. 4, p. 6797 - 6810, outubro/dezembro, 2021.

SHOHAMY, E; GORTER, D. **Linguistic Landscape: Expanding the Scenery**. London: Routledge, 2009, 392 p.

SITOE, B. **Dicionário Changana - Português**. 2 ed. Maputo: Textos Editores, 2011, 490 p.

SITOE, B. Línguas moçambicanas, como estamos?. In SERRA, C. (ed.). **Estão as línguas nacionais em perigo?** Lisboa: Escolar Editora, 2014. p. 37-75.

VECCHIA, A. Paisagem linguística como instrumento de políticas linguísticas em uma colônia de imigração suábica/alemã. **Revista de Estudos Linguísticos**. São Paulo, v. 45, n. 2, p. 638-650, 2016.

NOTAS

ⁱ No original: “Linguistic landscape items (whatever ways they are defined) offer rich and stimulating texts on multiple levels—single words with deep meanings and shared knowledge, colorful images, sounds and moving objects and infinite creative representations. These displays shape the ecology in local, global and transnational contexts and in multiple languages”.

ⁱⁱ No original: “to become better attuned to sound, they point out, researchers must train their own ears, to understand their own interpretive processes as well.”

ⁱⁱⁱ No original: “As sound erupts in shared spaces, taken-for-granted cultural norms suddenly become audible, producing tension and conflict. These tensions are especially apparent in urbanizing areas, where close contact throws cultural and generational norms into stark relief.”

^{iv} Tradução nossa: “communities are extremely diverse and rarely do any two or more individuals have identical social and linguistic experiences”.

^v No original: “What is particularly interesting is the ideology of the people in light of the official language policy— how they position themselves to this policy and to multilingualism”.

^{vi} O changana ou xichangana é uma língua bantu moçambicana falada, principalmente, no sul de Moçambique, principalmente, nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane e na zona sul das províncias de Manica e Sofala (SITOE; NGUNGA 2000). É falado também em mais três países africanos, África do Sul, Reino de Eswatini e Zimbabwe. (NGUNGA *et al.*, 2023).

^{vii} O rhonga ou xirhonga é uma língua bantu moçambicana falada, principalmente, no sul de Moçambique. Embora tenha alguns falantes nas províncias de Gaza e Inhambane, é falado principalmente na Província e na Cidade de Maputo. Tem as seguintes variantes: a) *xilwandle (xikalanga)*, falada no distrito da Manhica; b) *xinondwana*, falada em Marracuene, Maputo, Matola e Boane; c) *xizingili (xiputru)*, falada desde a kaTembe até a Ponta do Ouro e d) *xihlanganu*, falada na Moamba-sede e parte do distrito da Namaacha (Ngunga *et al.*, 2023).

^{viii} DingZwayu usa o termo línguas nacionais para se referir às línguas bantu moçambicanas. Nós assumimos, neste trabalho e em outros que línguas nacionais são todas as que são faladas com alguma densidade no território nacional e que são referenciadas na CRM, portanto, o português (de Moçambique), língua oficial e as línguas bantu moçambicanas.

^{ix} No original: “Many of the performing arts traditions which have continued to be closely identified with traditional institutions, ceremonies, rituals and others, have survived the impact and still exist, mostly in rural areas”.